

ALGUNS ELEMENTOS PARA REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

SOME ELEMENTS FOR REFLECTION ON THE MINIMUM WAGE POLICY

Eliane Navarro Rosandiski^(*)
Adriana Jungbluth^(**)

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar alguns elementos empíricos para auxiliar na discussão dos efeitos da política de valorização do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro. Sem perder de vista que o foco da política é apenas um segmento do mercado de trabalho: o emprego assalariado, é possível ampliar-se esta discussão. Mais especificamente, a partir dos dados da PNAD e do CAGED pretende-se mostrar que a maior estruturação do mercado de trabalho entre 2003 e 2005, bem como o perfil de contratações de 2003 até maio de 2007 são indícios extremamente favoráveis à continuidade de uma política de valorização do mínimo.

Além desse efeito estrutural do mercado de trabalho, os efeitos dinâmicos e distributivos presentes na política de salário mínimo são destacados com o objetivo de mostrar que numa sociedade marcada pela grande desigualdade na inserção no mercado de trabalho, uma política de salário mínimo se transforma num importante instrumento de desenvolvimento e, portanto, de inclusão.

Palavras-chave: mercado de trabalho, salário mínimo, emprego formal

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some empirical elements to stimulate the debate about the effects of the minimum wage policy on the Brazilian labor market. Even recognizing that the focus of that policy is only the segment of formal labor market, it's possible to extend this discussion. More specifically, analyzing the PNAD and the CAGED database, the paper intends to show that changes in the labor market between 2003 and 2005, as well as the profile of hiring from 2003 until May of 2007 are extremely favorable. Beyond this structural effect on the labor market, the dynamic and distributive effects of that policy are emphasized, with the intention to show that into a society marked by a great inequality in the labor market insertion, this kind of policy is also an instrument of development and social inclusion.

Key words: Labor Market, Minimum Wage

(*) Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e-mail: eliane.rosandiski@gmail.com.

(**) Mestranda do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas., e-mail: adriana.jungbluth@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A política de valorização do salário mínimo gera um amplo debate na sociedade capitalista. De um lado, situam-se os argumentos totalmente contrários a quaisquer tipos de controles ou interferências na determinação de um valor que deve ser estabelecido no mercado, mais especificamente nas condições de oferta e demanda da mercadoria no mesmo. Por estes argumentos sustentarem-se na teoria neoclássica, eles são absolutamente contrários a qualquer forma de regulação no mercado, visto que uma das hipóteses dessa teoria é que os agentes teriam perfeita informação e, portanto, total liberdade de escolha.

De outro lado, aparece uma outra corrente de argumentos que, do ponto de vista teórico, em oposição aos neoclássicos, reconhece a existência de desigualdades nas relações de poder travadas no mercado de trabalho. Dito de outra forma, reconhecem que há assimetria no mercado de trabalho. Poderia se dizer que, no processo de compra da mercadoria “força de trabalho”, as vantagens dos empregadores se assemelhariam às existentes numa estrutura de monopólio; enquanto os trabalhadores se inseririam em condições de concorrência perfeita. Dessa forma, o reconhecimento de tais assimetrias reforça a necessidade de atuar, institucionalmente, na correção das desigualdades presentes nesta relação de compra e venda do fator trabalho.

Há ainda outras formas de avaliar a existência e a efetividade da política de salário mínimo que podem estar ancoradas em argumentos morais até os embasamentos teóricos que buscam identificá-la como uma política de sustentação da demanda efetiva.

Porém, o debate continua em aberto, pois a defesa moral se perde com o enaltecimento do individualismo, que atrela a remuneração à contribuição do indivíduo ao processo econômico. Além disso, poderia se argumentar que qualquer interferência na determinação do mínimo, se não atrelada ao incremento da produtividade seria inócua, pois, ou ampliaria a não formalidade, ou reduziria a competitividade das empresas.

Isto posto este trabalho não pretende fazer uma defesa teórica quanto à efetividade de uma política de salário mínimo. No entanto, o fato a ser destacado é que, em pouco mais de dois séculos de existência, ficou evidente que o capitalismo não possui instrumentos intrínsecos de correção das desigualdades. Isto torna instigante a apresentação dos efeitos empíricos de uma política de salário mínimo, visto que no mínimo estimula o debate quanto à criação de mecanismos redutores de desigualdades sociais.

No Brasil, a década de 1990 foi marcada por profundas transformações nas condições macroeconômicas da economia, com fortes efeitos sobre seus indicadores de desempenho e de produtividade. As mudanças na política econômica objetivavam basicamente o controle inflacionário. Seguindo as propostas liberais, os principais elementos que deram suporte ao projeto de estabilização econômica foram: a abertura comercial e financeira, a sobrevalorização cambial e as altas taxas de juros internas. O acirramento da concorrência internacional e a ampliação da oferta de produtos importados viabilizaram o controle inflacionário solucionando o principal problema da economia brasileira: o gargalo das condições de oferta.

Informações mais gerais sinalizam o caráter defensivo das estratégias adotadas pelas empresas para fazer frente ao abrupto aumento da concorrência externa. Na maioria dos casos, estratégias de ganhos de produtividade no nível microeconômico foram adotadas sem uma preocupação específica com os encadeamentos dinâmicos na cadeia produtiva⁽¹⁾. É possível, então, identificar o aumento do desemprego, o crescimento de formas precárias de inserção, bem como a dificuldade de o crescimento econômico gerar empregos na mesma proporção como resultado de um processo de reestruturação que privilegiou a redução de desperdícios como forma de alcançar maior eficiência alocativa.

Apesar dessa desestruturação vivida pelo mercado de trabalho e da corrente liberal mais hegemônica que dominava o ambiente político e econômico, também na década de 1990, iniciou-se a discussão quanto à necessidade de valorização do salário mínimo. Em 1993, durante o Governo Itamar Franco e com o Ministro do Trabalho Walter Barello, o salário mínimo voltou a ser parte da preocupação da política pública. Sem maior justificativa, emergiu a posição de estabelecer um salário mínimo em moeda nacional correspondente a US\$ 100,00. Essa iniciativa de valorizar o salário mínimo ganhou o respaldo do movimento sindical. Em maio de 1995, o Governo Fernando Henrique reajustou o salário mínimo de R\$ 70,00 para R\$ 100,00, colocando em um patamar semelhante a US\$ 100,00.

Desde 1995, observa-se a retomada da política de salário mínimo com o objetivo de elevar seu poder de compra. Na segunda metade da década de 1990, ele foi incrementado, aproximadamente, em 3%.

Porém, só nos anos 2000, mais especificamente no primeiro governo Lula, iniciou-se efetivamente a política de valorização sistêmica de Salário Mínimo. Tal política vem sendo realizada em meio a turbulento debate acerca de seus efeitos sobre as contas públicas. A discussão do escopo dessa política está contaminada pela discussão do déficit na previdência social, visto que uma parcela importante dos benefícios tem seu valor atrelado ao valor fixado para o salário mínimo. Isto quer dizer que às funções originais do salário mínimo na sociedade capitalista foi adicionada mais uma: ser o valor base das remunerações daqueles que já se retiraram do mercado de trabalho. Como a sustentação financeira desses indivíduos deve-se ao volume de recursos arrecadados a partir da contribuição dos que estão na ativa, deve-se passar a considerar o desempenho econômico e as estratégias de contratação no mercado de trabalho como elementos determinantes do equilíbrio das contas públicas previdenciárias. Ou seja, a discussão do mínimo passa a ser atrelada aos determinantes do tamanho da base formal de mercado de trabalho.

Assim sendo, dada a complexidade da discussão que envolve o tema do salário mínimo e suas ramificações, convém assinalar mais uma vez que o objetivo deste trabalho é sistematizar alguns elementos empíricos capazes nortear o debate. Para realizar a apresentação e discussão dos elementos empíricos, além dessa introdução, este trabalho conta com mais dois itens. As bases de informações utilizadas são as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE e as bases do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do Ministério do Trabalho.

(1) Estratégias de fusão, de abandono de determinadas linhas de produto e de troca de fornecedores nacionais por importados provocaram importantes transformações no tecido e no nível de emprego industrial. Some-se a isto o fato das empresas intensificarem o uso de estratégias capazes de otimizar/flexibilizar e reduzir os custos com fator trabalho.

No primeiro, com objetivo de mostrar os principais grupos sociais de beneficiados pela política de valorização do salário mínimo, bem como os efeitos dessa política sobre a estruturação no mercado de trabalho, serão apresentados alguns dados gerais sobre o desempenho do mercado de trabalho no período 2003 e 2005. Tal período foi escolhido, pois o ano de 2005 marca efetivamente o início do processo de valorização do salário mínimo sistêmico.

Questões específicas referentes aos fluxos de emprego formal e de renda gerados no período mais recente, bem como sua relação com o salário mínimo, serão discutidas no segundo item.

Por fim, serão apresentados alguns comentários para mostrar que, sob determinadas condições, é viável e desejável a construção de uma política de valorização do salário mínimo.

2. EFEITOS DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO MÍNIMO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO 2003-2005

Para sistematizar os efeitos da política de valorização do salário mínimo sobre o mercado de trabalho nacional é preciso, antes da apresentação de qualquer dado empírico, resgatar historicamente seu percurso recente. Embora desde a década de 90 houvesse um consenso de que o valor do salário mínimo estivesse em um patamar muito baixo, foi apenas nos anos 2000, mais especificamente no ano de 2005, que as condições políticas viabilizaram a política de valorização.

Já em 2003, no início do Governo Lula, a discussão em torno do salário mínimo ganhou novo fôlego e grande apoio do movimento sindical. No entanto, apesar de sinalizar a intenção de duplicar o salário mínimo, o governo conseguiu apenas cobrir o valor da inflação dos dois primeiros anos de mandato.

Foi somente a partir de 2005 que o valor do mínimo sofreu uma importante elevação: de R\$ 240,00 em 2004, passou para R\$ 300,00 em 2005, o que representou um aumento de mais de 15%. Depois passou para R\$ 350,00 e R\$ 380,00 em 2006 e 2007, respectivamente.

É importante registrar que o movimento sindical representou um fator importante para que o governo retomasse a estratégia de elevação do valor real do salário mínimo. Desde o início da década, as centrais sindicais haviam passado a privilegiar o salário mínimo em suas agendas políticas. Mobilizações foram realizadas com o objetivo de pressionar os governos a adotarem uma política de valorização do salário mínimo.

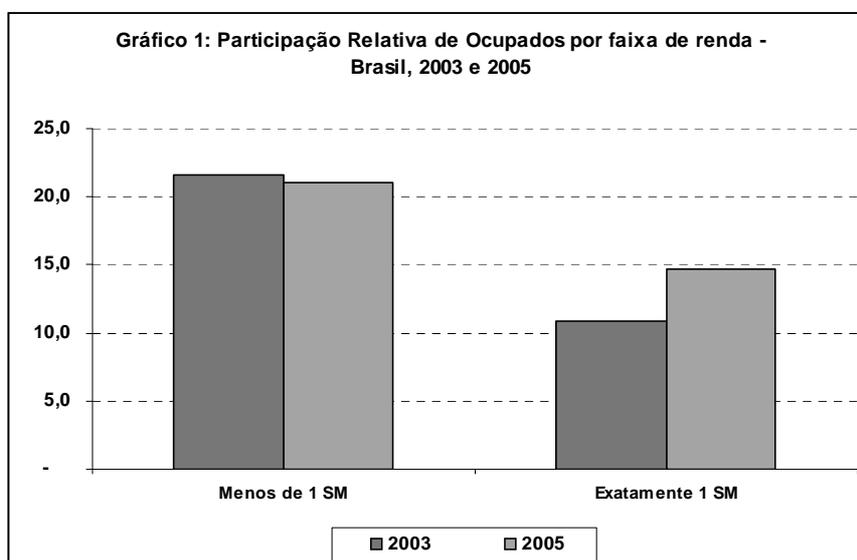
Além disso, o Congresso Nacional também ampliou a discussão com relação ao tema criando em 2005, a Comissão Mista da Política do Salário Mínimo⁽²⁾. Esta iniciativa tirou, pela primeira vez, a primazia do governo em definir os rumos do salário mínimo, abrindo a possibilidade de uma política ser definida a partir do Congresso.

Em 2006 ocorreu um novo avanço com o estabelecimento do Projeto de Lei n. 1/07, que definiu as diretrizes para a continuação da política de valorização do salário mínimo.

(2) Estabelecida pelo Ato Conjunto n. 3 de 25 de outubro de 2005 pelas presidências da Câmara e do Senado.

Como o aumento real começou, de fato, a vigorar em 2005, convém avaliar os impactos dessa política sobre o mercado de trabalho nacional entre os anos 2003 e 2005⁽³⁾. Tal análise poderá ser realizada a partir dos dados da PNAD (IBGE).

O primeiro aspecto a ser destacado diz respeito ao crescimento de aproximadamente quatro pontos percentuais na participação relativa de pessoas ocupadas com rendimento de exatamente um salário mínimo (SM) entre 2003 e 2005. Ou seja, os dados empíricos contradizem o argumento liberal na medida em que, em meio à valorização real do mínimo, observou-se a redução relativa de pessoas com renda inferior ao mínimo. Fato que revela capacidade do mercado de trabalho incorporar este aumento real de remuneração. (ver Gráfico 1)



Fonte: PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Microdados — IBGE. Elaboração Própria.

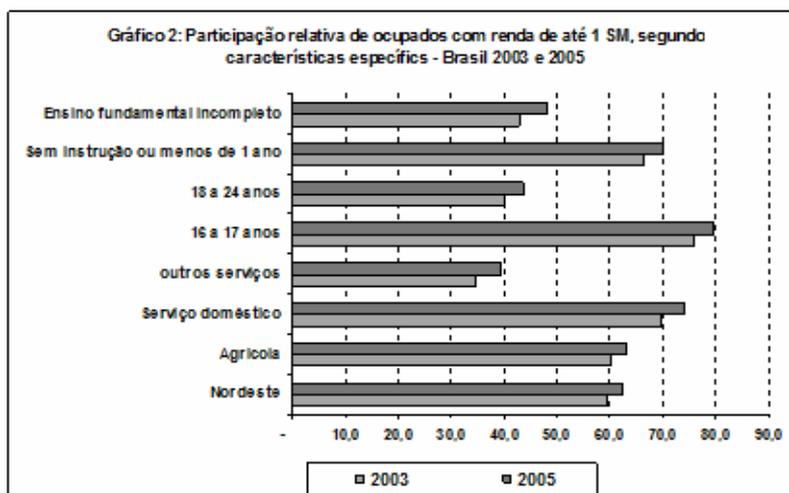
Como visto anteriormente, a pior consequência que uma política de valorização poderia apresentar seria a desestruturação do mercado de trabalho, ou seja, a ampliação da não formalidade. Isto seria um problema, pois a vulnerabilidade de tais grupos de ocupados se expressa na ausência de regulamentação/proteção na relação de trabalho. Vale lembrar que, na maioria das vezes, este tipo de inserção está relacionado às características de baixa produtividade dos setores das atividades econômicas em que tais ocupados se inserem.

As informações disponíveis quanto ao tipo de inserção confirmam que a não formalidade no mercado de trabalho é acompanhada pela baixa remuneração (Tabela 1).

Além disso, esta parcela de ocupados se caracteriza pela extrema vulnerabilidade. Seu perfil pode ser definido pela elevada participação dos menos escolarizados; dos que atuam em serviço domésticos; de jovens com menos de 18 anos; de pessoas com mais de 65 anos; e de, em termos regionais, localizarem-se no Nordeste (Gráfico 2).

(3) Até o momento em que o presente artigo foi escrito, a última PNAD disponível era a do ano de 2005.

Tais características, *per se*, confirmam os enormes benefícios que uma política de valorização do mínimo pode trazer para esta parcela do mercado de trabalho. Coerentemente com o padrão capitalista de produção, esses benefícios se resumem à inclusão/ampliação da capacidade de consumo dessas pessoas.



Fonte: PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Microdados — IBGE. Elaboração Própria.

Porém, como objetiva-se analisar os efeitos da política de salário mínimo e como pessoas com renda inferior ao mínimo não são impactadas por estas políticas, dois aspectos devam ser ressaltados. Em primeiro lugar sua dimensão quantitativa, em 2005 a população com remuneração de exatamente um SM, dentre os 78 milhões de ocupados, representava aproximadamente 27,1 milhões de brasileiros.

Em segundo lugar cabe mostrar que, não apenas a participação de pessoas com renda de 1 SM cresceu entre 2003 e 2005, mas que este aumento foi puxado pelo setor formal. Fato que reforça a tese da não desestruturação do mercado de trabalho. Os dados empíricos quanto às taxas de crescimento da participação relativa das pessoas inseridas no mercado de trabalho com renda até um SM mostram que considerando os dois segmentos do mercado de trabalho: formal e não formal, a maior taxa de crescimento (16%) foi observada no formal (ver tabela 2).

Tabela 1- Participação relativa de Ocupados por segmento do mercado de trabalho - Brasil, 2003 e 2005.

	2003		2005	
	Formal	Não Formal	Formal	Não Formal
Até 1 SM	13,2	53,7	15,2	59,2
De 1 até 2 SM	34,3	25,2	39,5	25,2
De 2 até 3 SM	19,1	10,1	15,9	6,0
De 3 até 5 SM	16,3	6,4	14,7	5,8
Acima de 5 SM	17,0	4,6	14,6	3,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Microdados - IBGE. Elaboração Própria.

Dessa forma, as informações empíricas disponíveis mostram que parcela importante do mercado de trabalho tende a ser diretamente beneficiada pelas características que a política de salário mínimo pode assumir. Contudo, é importante frisar que tal política não deve ter em sua meta o objetivo de reduzir a pobreza, o que confundiria o debate. Deve ficar claro que o ataque à pobreza depende de outros instrumentos de política pública. Porém, neste ponto as questões se entrelaçam, visto que a maioria das políticas públicas de combate à pobreza tem o valor de pagamento de benefícios balizados pelo valor que o salário mínimo assume.

Isto não impede, evidentemente, de refletir sobre a natureza redistributiva desta política. O que remete aos últimos dados empíricos quanto à renda do trabalho, avaliados a partir do índice de Gini.

Entre 2003 e 2005 houve uma ligeira tendência à redução da desigualdade, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste.

Tabela 3 - Índice de Gini por região geográfica - Brasil, 2003 e 2005.		2003	2005	Variação
	Formal	13,2	15,3	16%
	Não Formal	53,7	59,2	10%
	Renda do trabalho principal Total	32,5	35,7	10%
2003				
Norte	0,51	0,48		
Nordeste	0,55	0,55		
Sudeste	0,53	0,52		
Sul	0,51	0,50		
Centro-Oeste	0,54	0,54		
Brasil	0,55	0,54		

Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Microdados - IBGE. Elaboração Própria.

Entretanto, no Nordeste, que apresenta o maior índice de desigualdade, tal indicador manteve-se estável no período em questão. Isto sugere que nesta região, ao contrário do esperado, a política de salário mínimo foi relativamente inócua. A menor estruturação do mercado de trabalho nordestino comparado aos mercados do sul e sudeste explica esta ausência de reação à política de salário mínimo. É importante lembrar que a política de salário mínimo afeta diretamente o padrão de remuneração dos que se inserem formalmente no mercado de trabalho. Enquanto que o padrão de remuneração do chamado mer-

cado informal, justamente por estarem à margem do contrato de trabalho, tem outra natureza.

Ou seja, como seria de esperar, é no mercado formal de trabalho que a política de valorização do mínimo atua. Logo, é neste segmento de trabalhadores que deverá se concentrar a análise.

3. EVOLUÇÃO DA MASSA DE RENDIMENTOS NO PERÍODO 2003-2007

Se até aqui não há evidências empíricas de uma desestruturação do mercado de trabalho como resultado da política de valorização do salário mínimo e, ao contrário, há sinais de uma melhoria do perfil distributivo, um outro aspecto deve ser acrescentado à análise: seus efeitos sobre a massa de remunerações. Tal análise se faz necessária na medida em que se observa uma mudança importante no perfil distributivo da massa de remunerações: a perda da participação relativa de ocupados nas faixas maiores de remuneração.

Para melhor avaliar os efeitos dessa mudança na composição da estrutura de rendimentos, nesta etapa do trabalho serão utilizadas informações da PNAD (IBGE) para os anos de 2003 e 2005 e do CAGED (Ministério do Trabalho e Emprego) para os anos de 2003 a 2007⁽⁴⁾.

Pretende-se inicialmente verificar os efeitos do aumento da concentração das remunerações em torno do salário mínimo sobre a massa de remunerações. Para isto o exercício realizado busca, além de comparar o perfil distributivo de 2005 com o de 2003, compará-los com uma simulação do perfil distributivo resultante do perfil de emprego de 2003 com a estrutura de remunerações presente em 2005. Como as massas são decompostas em volume de emprego e renda, tal exercício visa justamente a analisar se as mudanças no perfil distributivo são justificadas pelo efeito renda e pelo efeito emprego. Para isolar o efeito renda, foi calculada uma massa salarial hipotética: estrutura de emprego de 2003 com estrutura de renda de 2005.

Além disso, o exercício proposto pretende investigar as mudanças na composição da massa de remunerações decorrente da maior estruturação do mercado de trabalho. Para isto foi adotada a segmentação formal e não formal, na qual o critério contribuição para previdência social é o diferencial entre os grupos.

Os resultados desse exercício proposto encontram-se sintetizados nas duas tabelas que se seguem.

(4) Os dados do Caged encontram-se disponíveis até o mês de maio de 2007.

Tabela 4 - Distribuição da massa salarial segundo segmentos do mercado de trabalho. Brasil 2003 e 2005.

	Ocupado 2003 * Remuneração 2003	Ocupado 2005 * Remuneração 2005	Ocupado 2003 * Remuneração 2005 (HIPOTÉTICA)
Formal	71,5%	72,5%	71,0%
Não Formal	28,5%	27,5%	29,0%

Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Microdados - IBGE.
Elaboração Própria.

Tabela 5: Distribuição da massa salarial segundo segmentos do mercado de trabalho e faixas de remuneração. Brasil 2003 e 2005.

	Ocupado 2003 * Remuneração 2003			Ocupado 2005 * Remuneração 2005			Ocupado 2003 * Remuneração 2005 (HIPOTÉTICA)		
	Ocupado com contribuição	Ocupado sem contribuição	Massa total	Ocupado com contribuição	Ocupado sem contribuição	Massa total	Ocupado com contribuição	Ocupado sem contribuição	Massa total
Menos de 1 SM	0,4%	12,9%	4,0%	0,3%	13,4%	3,9%	0,4%	12,0%	3,7%
1 SM	2,9%	6,4%	3,9%	3,9%	10,3%	5,7%	2,9%	6,2%	3,9%
Acima de 1 até 2 SM	13,7%	21,4%	15,9%	17,7%	24,9%	19,7%	14,1%	22,5%	16,5%
Acima de 2 até 3 SM	12,3%	14,5%	12,9%	11,7%	10,1%	11,3%	12,8%	15,3%	13,5%
Acima de 3 até 5 SM	17,1%	15,0%	16,5%	17,0%	15,0%	16,5%	17,2%	14,7%	16,5%
Acima de 5 SM	53,5%	29,9%	46,8%	49,3%	26,3%	43,0%	52,6%	29,3%	45,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Microdados - IBGE. Elaboração Própria.

De fato, as informações iniciais confirmam que entre 2003 e 2005 há um aumento na participação relativa do segmento formal na massa de rendimentos total da economia: entre 2003 e 2005 a participação do setor formal cresceu de 71,5% para 72,5%. Porém, se em 2005 o padrão de emprego estivesse congelado na estrutura de 2003, o efeito distributivo seria totalmente distinto, visto que, ao contrário, haveria uma redução da participação relativa do setor formal. Cabe agora entender o que provocou esta mudança.

A distribuição da massa salarial por faixa de renda fornece alguns elementos. O fato que mais aparece na comparação das estruturas de 2003 com a de 2005 é a maior participação relativa das faixas de 1 SM e de 1 a 2 SM na estrutura de remunerações, mais especificamente no segmento formal. Além disso, este aumento de participação vem fortemente acompanhado pela redução da participação relativa das faixas superiores.

Assim sendo, a distribuição da massa hipotética revela que, comparativamente à estrutura real de 2005, essa estrutura hipotética seria muito mais concentrada.

Concluí-se que, comparativamente a 2003, a maior estruturação do mercado de trabalho em 2005 teve como consequência não apenas a ampliação da parcela relativa de ocupados inseridos em melhores condições no mercado de trabalho, mas também do aumento da participação relativa deste segmento na massa de remunerações. Sendo evidente

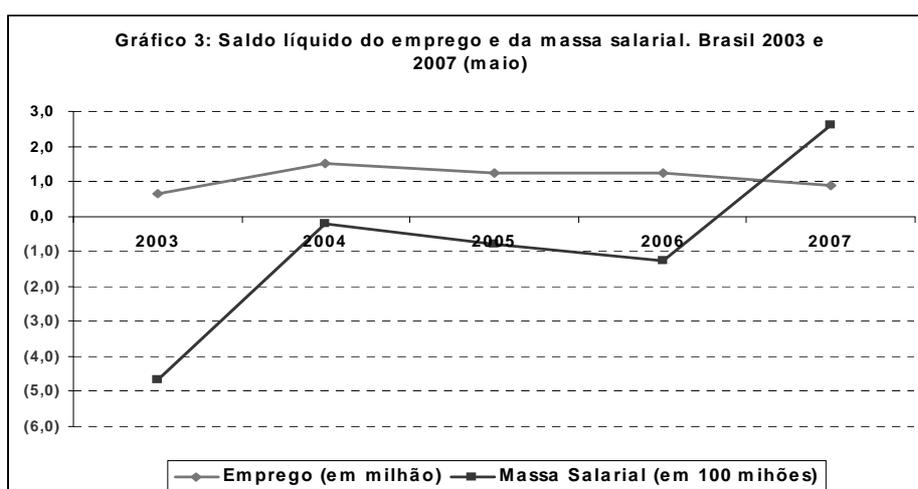
também que este aumento da estruturação ocorreu nas faixas de remuneração mais baixas e próximas do salário mínimo.

Como há fortes indícios de que o processo de recuperação da economia vem sendo acompanhado pelo crescimento do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada, pode-se então inferir que esta ampliação da estruturação do mercado de trabalho vem sendo puxada pelo emprego formal. A questão a partir daqui seria entender qual o efeito deste aumento de contratações com remunerações mais próximas ao valor do mínimo sobre a massa salarial.

Tal questão se torna relevante na medida em que se constata que a economia brasileira consolidou sua estrutura produtiva com um padrão organizacional cuja característica central é o aproveitamento da mão-de-obra de baixa qualificação. E que, a despeito do processo de modernização vivenciado por parcelas importantes da estrutura produtiva nas duas últimas décadas, ainda pode-se dizer que as vagas criadas são fundamentalmente de baixa qualificação. Este padrão organizacional somado a uma conjuntura de crescimento de oferta de mão-de-obra superior à demandada tende a favorecer a prática da rotatividade dos trabalhadores que executam funções menos qualificadas.

Dessa forma, a continuidade dessa prática levaria necessariamente as empresas a contratarem seus empregados nas faixas salariais próximas do mínimo. Se isto de fato ocorre, tem-se que investigar o efeito dessa estratégia sobre a massa salarial numa conjuntura de elevação do valor do salário mínimo. Assim, o que num primeiro momento poderia ser interpretado como um indicador negativo deveria ser reavaliado, visto que está em curso uma política de valorização do mínimo.

Para melhor avaliar este aspecto a proposta a partir daqui é entender o que vem ocorrendo no setor formal da economia brasileira nos anos recentes. Mais especificamente quais as características do padrão de contratação no setor formal e seus efeitos líquidos sobre a massa de salários. Para isto serão utilizados os dados do CAGED para o período de 2003 e 2007.



Fonte: CAGED. Cadastro Geral de Emprego e Desemprego — MTE. Elaboração Própria.

Os dados mais gerais obtidos a partir dos fluxos de contratações e demissões confirmam a tendência geral de estruturação do mercado de trabalho apontada pelo CAGED para os anos de 2003 e 2007 (ver Gráfico 3). É importante destacar que a queda aparente do emprego em 2007 deve-se ao fato dos dados serem apenas parciais, isto é, referem-se ao referido ano até o mês de maio.

Porém, quando se analisa especificamente o emprego formal (assalariados com carteira de trabalho assinada) observa-se que o saldo líquido positivo no nível de emprego sistematicamente foi acompanhado pelo saldo líquido negativo na massa de rendimentos. E, neste caso, a razão é muito clara: as demissões foram concentradas nas faixas mais altas de renda e as contratações nas faixas de remuneração mais baixas.

Tabela 6 - Distribuição do fluxo de admitidos e desligados por faixa de remuneração. Brasil 2003 a 2007 (maio)

		Distribuição do fluxo	
		Admitidos	Desligados
2003	Até 1 SM	13%	10%
	De 1 a 2	60%	56%
	de 2 a 3	17%	19%
	de 3 a 5	6%	9%
	Mais de 5	3%	6%
	Total	100%	100%
2004	Até 1 SM	11%	9%
	De 1 a 2	63%	59%
	de 2 a 3	17%	19%
	de 3 a 5	6%	8%
	Mais de 5	3%	6%
	Total	100%	100%
2005	Até 1 SM	5%	4%
	De 1 a 2	65%	61%
	de 2 a 3	19%	20%
	de 3 a 5	7%	9%
	Mais de 5	4%	6%
	Total	100%	100%
2006	Até 1 SM	14%	12%
	De 1 a 2	67%	65%
	de 2 a 3	11%	13%
	de 3 a 5	5%	6%
	Mais de 5	3% 83	4%
	Total	100%	100%
2007 (até maio)	Até 1 SM	13%	11%
	De 1 a 2	69%	68%
	de 2 a 3	11%	12%
	de 3 a 5	4%	6%
	Mais de 5	3%	4%
	Total	100%	100%

Além disso, este padrão de contratação e demissão evidentemente guarda forte relação negativa com o nível de aquecimento das atividades econômicas. Em 2003 o saldo líquido negativo foi muito alto. Com o aquecimento econômico, apesar de ter continuado negativo, em 2004, o saldo negativo foi menor. Em 2005 e 2006, o saldo líquido negativo voltou a crescer.

No entanto, os dados de 2007 trazem um elemento novo importante e de grande reflexão para o debate. Embora as informações estejam disponíveis apenas para os meses de janeiro a maio de 2007, observa-se que neste período, apesar do padrão de contratação e demissão continuar centrado nas faixas próximas ao mínimo, pela primeira vez o saldo líquido da massa salarial tornou-se positivo. Ou seja, o efeito positivo do emprego sobressai na evolução da massa.

Isto remete a uma reflexão importante. Tais estratégias decorrem, sem dúvida, da necessidade de redução de custos. Contudo, diferente do ocorrido na economia brasileira nos anos 90, não há uma desestruturação do mercado de trabalho. Ao contrário, os indicadores tendem a apontar para uma maior estruturação do mercado de trabalho nacional, o que num cenário de valorização do salário mínimo só tende a confirmar o poder redistributivo dessa política.

4. COMENTÁRIOS FINAIS

Como visto ao longo deste trabalho, há grande controvérsia em torno dos efeitos da política de salário mínimo sobre a sociedade. A despeito dos possíveis problemas/desarranjos nas contas públicas previdenciárias e de uma possível perda de competitividade das empresas resultante da imposição de um valor para a compra/utilização do fator trabalho no processo produtivo, os efeitos positivos são evidentes. Em especial quando se avalia qualitativamente e quantitativamente o perfil dos grupos sociais potencialmente beneficiados por tal política.

Contudo, neste debate não pode ser perdida a referência básica: o público alvo beneficiado pela política de salário mínimo que é o que está inserido formalmente no mercado de trabalho. E para este grupo, necessariamente, uma política de valorização do mínimo é recomendada por seu efeito distributivo.

Não obstante, seus efeitos sobre os demais grupos são indiretos, visto que dependem de mudanças estruturais na composição da produção e da demanda capazes de sustentar políticas sociais e tributárias de longo prazo.

No caso brasileiro, é importante destacar que o surgimento destes grupos mais vulneráveis não pode ser desvinculado do padrão de desenvolvimento adotado. Em especial, a partir dos anos 70, momento em que o padrão concentrador da produção e da renda ocorreu junto com uma política deliberada de redução do valor real do salário mínimo. Tais fatos fizeram com que a recuperação do poder de compra do salário mínimo se transformasse num desafio dos governos democráticos.

As informações disponíveis mostram que, ao contrário do esperado pelos mais críticos à política, a valorização do salário mínimo não desestruturou ainda mais as relações de trabalho.

Ao contrário, observou-se um aumento da participação relativa do segmento mais formal no mercado de trabalho. Além disso, por sua vinculação com o valor dos benefícios pagos aos inativos, gerou um efeito distributivo positivo para as famílias de baixa renda.

E, por fim, para o período recente há indícios de uma importante recuperação da participação relativa do emprego formal no mercado de trabalho.

A despeito das empresas estarem adotando práticas de rebaixamento de custos salariais por meio da rotatividade, ao contrário do que possa parecer o aumento das contratações em torno do mínimo só tende a fortalecer os argumentos favoráveis à política de valorização do salário mínimo.

Como a trajetória de perda do poder de compra foi rompida, deixa de ser um problema a concentração das contratações em torno do mínimo. Ao contrário, é esperado que quanto mais se avance no processo de valorização real maior será a tendência das remunerações se situarem neste patamar. Os resultados de 2007 mostram que o saldo líquido do emprego, mesmo concentrado em níveis de remuneração mais baixos, gerou um saldo líquido positivo na massa salarial. Ou seja, não apenas o mercado de trabalho está se estruturando como os incrementos líquidos à massa salarial apontam para uma tendência à maior participação dos salários na renda nacional. Do ponto de vista teórico, os efeitos positivos advindos desse possível aumento do consumo sobre as expectativas dos empresários são inegáveis.

Não sendo possível deixar de considerar que, de fato, parte do movimento de recuperação vivido pela economia brasileira nestes primeiros meses de 2007 decorre do aumento do consumo das famílias. Evidenciando, portanto, o efeito distributivo e, portanto, impulsionador da dinâmica econômica, presentes na política de salário mínimo.

Contudo, dois aspectos importantes devem ser incorporados à discussão. Em primeiro lugar a definição da política deve prever que os aumentos sejam associados aos ganhos de produtividade, para que a economia possa de fato absorvê-los. E, se o sucesso dessa política depende da formalização do mercado de trabalho, é evidente que instrumentos de fiscalização e negociação quanto ao uso do trabalho pelas empresas devem ser aprimorados, visto que tornam-se peças fundamentais neste processo.

Todos os elementos apontados ao longo deste trabalho permitem, por fim, concluí-lo ressaltando que uma política que objetiva a recuperação do poder de compra do salário mínimo, num país como o Brasil, não só é desejável do ponto de vista econômico como representa o resgate da cidadania de um conjunto importante de brasileiros que participam ativamente do processo econômico. Todavia não é demais ressaltar que esta política deve estar inserida num desenho mais amplo de propostas de crescimento e de desenvolvimento econômico, para que suas propostas sejam, de fato, atingidas.

BIBLIOGRAFIA

BALTAR, Paulo. Salário mínimo e mercado de trabalho. In: BALTAR, Paulo *et al* (orgs.). *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005.

BALTAR, Paulo *et al*. O emprego formal nos anos recentes. In: *Carta Social e do Trabalho*. Campinas, CESIT/IE/UNICAMP, n. 3, jan./abr. 2006. p. 3-10.

BARBIERI, Carolina Veríssimo. *O mercado de trabalho privado não-agrícola no Brasil de 1995 a 2005 e as implicações para o financiamento do regime geral da previdência social*. Tese de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp em fevereiro de 2007.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Diretrizes para uma política de recuperação do salário mínimo. In: BALTAR, Paulo *et al* (orgs.). *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005.

_____. As estatísticas sobre trabalho no Brasil. In: DEDECCA, Claudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weischaup (orgs.). *Políticas e trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2006.

DEDECCA, Claudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Navarro. Enfim, esperança de réquiem para a tese da “inempregabilidade”. In: *Carta social e do trabalho*. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, n. 3, jan./abr. 2006.

_____. Indicadores e distribuição de renda. In: DEDECCA, Claudio; PRONI, Marcelo Weischaup (orgs.). *Políticas e trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2006.

MONTAGNER, Paula. Os salário mínimo e a dinâmica social. In: BALTAR, Paulo *et al.* (orgs.). *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005.

TODESCHINI, Rogério. Salário mínimo atores sociais: por que a gestão participativa na discussão do salário mínimo? In: BALTAR, Paulo *et al.* (orgs.). *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005.